

Guerra de agressão não tem precedentes

N. 25/ 7/89

«A guerra de agressão que nos é movida do exterior reveste-se de um grau de crueldade física e psicológica sem precedentes em África e mesmo no mundo», afirmou o Presidente Joaquim Chissano, quando procedia à leitura do relatório do Comité Central ao 5.º Congresso do Partido Frelimo.

A este propósito, Chissano citou o facto de crianças raptadas serem instrumentalizadas e levadas a cometer crimes hediondos, o rapto, tortura, mutilação ou assassinatos de cidadãos e o massacre de populações indefesas.

— Unidades económicas das quais depende o desenvolvimento do nosso País e o aumento da qualidade da vida do nosso povo são destruídas. Hospitais, escolas, armazéns, lojas de abastecimento e outros são arrasados e pilhados. Pontes, linhas férreas, linhas de transporte de energia são sabotadas. Habitações e machambas são incendiadas — descreveu o mais alto dirigente do Partido e Estado.

Mais adiante, disse que esta acção destruidora que se abate sobre o nosso povo visa impedir o nosso desenvolvimento para fazer crer ao mundo que é inviolável a construção, no nosso País, de uma sociedade democrática, de justiça social e de igualdade.

Numa alusão à capacidade bélica que é fornecida ao banditismo de forma continuada, não obstante a assinatura do Acordo de Nkomati, o Presidente Chissano disse que a mesma sustenta-se num poder económico e tecnológico muito superior àquele com o qual contam as nossas Forças de Defesa e Segurança, facto que obriga a que recursos cada vez maiores sejam desviados dos objectivos do desenvolvimento do País e do bem-estar social do nosso povo.

Ao abordar o processo da edificação e consolidação das Forças Armadas de Moçambique no período entre o 4.º e o 5.º Congressos, referiu que foi posta em acção um amplo programa de elevação do grau de preparação e prontidão combativa das nos-

as forças que resultou já em importantes avanços na luta contra o banditismo armado.

Como exemplos, salientou a frustração dos intuitos do inimigo relativamente ao Vale do Zambeze, para além do seu desalojamento de várias regiões do País, a retomada de várias sedes distritais especialmente nas províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala, bem como a reabertura das vias de comunicações e a destruição de bases e acampamentos do inimigo que resultou na libertação de milhares de cidadãos do cativeiro.

— É ainda como resultado da realização deste programa que se registam melhorias das condições de segurança de circulação nas vias e a viabilização da exploração dos projectos económicos vitais, o que tem contribuído substancialmente para a realização do Programa de Reabilitação Económica — apontou.

Chissano destacou ainda a criação e sua entrada em acção das unidades de tropas especiais para fazer face à guerra terrorista, assim como a implementação do sistema de justiça popular que se traduziu na formação dos tribunais militares, com vista a contribuir significativamente para a elevação da disciplina, do apurmo e da combatividade das Forças Armadas de Moçambique.

RECRUTAMENTO PARA O SMO DEVE SER MELHORADO

Sobre o Serviço Militar Obrigatório, o Presidente do Partido Frelimo, referiu que para pôr fim ao recrutamento compulsivo dos jovens, que tem recebido repetidas críticas é possível fazer funcionar um sistema organizado de recenseamento militar, chamamento e incorporação com o envolvimento das estruturas de base do local de trabalho, residência e das estruturas administrativas vocacionadas.

No tocante à duração do SMO, afirmou que a sensibilidade actual é a de que o período de duração deve ser prolongado por mais seis meses, para um total de dois anos e meio, para permitir que o tempo efectivo de operacionalidade seja de dois anos após o treino de seis meses. As estruturas ligadas aos aspectos executivos da Lei do Serviço Militar Obrigatório devem garantir a desmobilização atempada dos mancebos.

Como reconhecimento da dedicação e do engajamento demonstrados no cumprimento do SMO, Chissano afirmou que os jovens desmobilizados devem ser prioridade na continuação dos estudos, na obtenção do emprego e que na eleição para os órgãos do Partido e do Estado aquele factor deve ser utilizado como critério de preferência.

A participação da mulher nas tarefas da defesa da Pátria foi descrita pelo Presidente como necessária, devendo ser-lhe atribuídas tarefas de retaguarda, de saúde, de comunicações, de administração, gestão e outras que tenham em conta a sua condição específica.

O mais alto dirigente do Partido reconheceu que as Forças Armadas de Moçambique combatem numa situação extremamente difícil, do ponto de vista logístico, designadamente no que respeita a mantimentos, fardamento, comunicações e meios rápidos de evacuação e sublinhou a generalidade com que o povo tem acolhido e apoiado as nossas tropas, atenuando deste modo as carências alimentares com que se debatem.

Na área administrativa, apontou que uma atenção particular deve ser dada à aplicação das carreiras militares, bem como à pontualidade no pagamento dos vencimentos.

— O vencimento do soldado deve chegar ao soldado em tempo. Não é admissível que os militares não recebam regularmente os seus vencimentos: Os problemas logísticos, as graves privações, a falta de informação actualizada sobre a sua família, provocam necessariamente a erosão do moral combativo dos militares.

O processo de patenteamento e das promoções, a atribuição de louvores, prémios e condecorações aos oficiais e soldados que se distinguem pela sua bravura e coragem no cumprimento da sua missão são outros aspectos inseridos no relatório apresentado pelo Presidente Chissano.

Igualmente vem referido a necessidade de se assegurar, com base na previdência social, a atribuição das pensões aos familiares daqueles que tombaram em combate, e a rápida comunicação dos falecimentos às famílias, assim como a realização de funerais condignos.

PARTIDO DEFENDE POLÍTICA DA PAZ

Ao abordar a política de paz defendida pelo Partido Frelimo, Chissano citou a assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul, as medidas de clemência anunciadas em 1984 e a aprovação das Leis da Amnistia e do Perdão em 1988 como fazendo parte dessa política.

— No prosseguimento dos esforços para acelerar o fim da guerra o Governo da RPM solicitou o envolvimento de alguns sectores patrióticos da nossa sociedade, designadamente sectores eclesiais e de governos estrangeiros, susceptíveis de poderem desempenhar um papel positivo neste esforço, estando este processo em curso.

Ainda no capítulo da Defesa e Segurança, abordou aspectos relacionados com a cooperação militar, as acções realizadas no Serviço Nacional de Segurança Popular, Polícia Popular de Moçambique e o enquadramento da população no Sistema de Defesa e Segurança Territorial.